

**Academia Paraibana de Direito: formação e sua importância no meio jurídico**

Derly Pereira Brasileiro¹
Boisbaudran de Oliveira Imperiano²
Josinaldo José F. Malaquias³

RESUMO

Trata esta pesquisa de estudos acerca do processo de criação da Academia Paraibana de Direito (APD) no contexto de sua formação, dos acadêmicos envolvidos, patronos escolhidos para sua composição e os princípios e diretrizes que a norteiam. As academias jurídicas estão intrinsecamente voltadas à produção de material com cunho jurídico, bem como visa expandir o alcance do entendimento das ciências sociais e jurídicas no Brasil e, especificamente, no Estado da Paraíba. A pesquisa é bibliográfica com destaque na reunião de material fornecido por cada acadêmico sobre sua biografia e a do respectivo patrono, tendo como metodologia o método qualitativo, por meio de levantamento bibliográfico em sua fase exploratória, não sendo o resultado conclusivo sobre a temática, mas que busca ser contributivo para os estudiosos da matéria.

Palavras-chave: academia paraibana. Direito.

ABSTRACT

This research deals with studies on the process of creation of the Paraíba Academy of Law (APD) in the context of its formation, the academics involved, the patrons chosen for its composition and the principles and guidelines that guide it. Legal academies are intrinsically focused on the production of material with a legal nature, as well as aiming to expand the scope of the understanding of social and legal sciences in Brazil and, specifically, in the State of Paraíba. The research is bibliographical, with emphasis on the collection of material provided by each academic about his biography and that of the respective patron, using the qualitative method as methodology, through bibliographical survey in its exploratory phase, with no conclusive result on the subject, but which seeks to be a contribution to scholars of the subject.

Keywords: Paraíba Academy. Right.

1 INTRODUÇÃO

A formação das academias jurídicas no Brasil possui estreita relação com o desenvolvimento da produção literária ligada ao Direito, bem como ao desejo de difundir entre

¹Docente do Curso de Direito do Centro Universitário – UNIESP. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPB. Membro da Academia Paraibana de Direito. E-mail: pfbrasileiro@yahoo.com.br

²Advogado e docente do Curso de Pós-graduação em Auditoria e Perícia Ambiental do Centro Universitário de João Pessoa. Mestrando em Direito e Desenvolvimento Sustentável. Presidente da Academia Paraibana de Direito. E-mail: boisbaudran7@gmail.com

³Docente e advogado. Pós-doutorado em Direito Público pela Universidad Santiago de Compostela. Membro da Academia Paraibana de Direito. E-mail: josinaldomalaquias@gmail.com



os profissionais do ramo e toda à sociedade uma produção que torne mais acessível à compreensão das letras jurídicas.

O conhecimento relacionado ao curso de Direito geralmente é o objetivo das academias com cunho jurídico existentes no Brasil. Divulgar o Direito, seus doutrinadores, a legislação, os julgados do Poder Judiciário, enfim, a diretriz jurídica é a linha mestra da produção e exposições feitas das mais variadas formas, como seminários, palestras, feiras de livros jurídicos, dentre outras tantas formas de disseminar o conhecimento jurídico.

As academias jurídicas possuem propósitos vários, a depender principalmente da maneira pela qual foi fundada. Os propósitos de um colegiado que se propor a expandir o Direito coincide com a própria formação do curso de Direito no Brasil, qual seja, justamente e de tentar engajar os graduandos do curso para a vida política de um país, com práticas voltadas à várias áreas, exercendo papel crucial para a formação dos que irão desempenhar a própria justiça nas suas mais variadas vertentes, seja perante o Poder Judiciário, no Ministério Público, na advocacia, na defensoria, dentre outras, tudo, com o fim primordial de diversificar e ampliar o conhecimento jurídico.

Tomemos emprestado o conceito de academia apresentado pela professora de filosofia, Lilén Gomes (2023) definindo-a como uma “associação que reúne profissionais, cientistas, pensadores e estudantes, com o objetivo principal de estudar ou pesquisar um determinado assunto, seja teórico ou praticamente, dentro dos campos das humanidades, das ciências e artes”.

As academias são instituições culturais compostas por membros que se destacam em áreas específicas, como literatura, ciências, artes ou economia. Elas são conhecidas por seu compromisso em promover e preservar a produção intelectual e cultural. Os membros das academias, frequentemente chamados de “imortais”, recebem esse título em alusão à sua contribuição perene para suas áreas de atuação e à continuidade da instituição, mesmo após suas gerações (SB Informa, 2024, n.p).

Nesse sentido, a presente pesquisa se atreve a esmiuçar o caminho percorrido à formação da Academia Paraibana de Direito, buscando a pesquisa informações sobre cada um dos acadêmicos que participaram de sua fundação, sobre cada patrono reverenciado como base para os registros específicos e necessários à fundação, adotando como metodologia do trabalho a pesquisa qualitativa, do tipo bibliografia, e leitura extraídas dos apontamentos feitos por cada acadêmico que participou da fundação da APD, bem como, livros e artigos, com o fim de trazer à baila a discussão sobre os fins e propósitos dessa academia jurídica no Estado da Paraíba.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Academia Paraibana de Direito, cuja sigla é APD, surgiu a partir de tratativas de vários intelectuais e juristas voltado à criação de um espaço no qual se pudesse discutir formas de exteriorização do Direito como ciência jurídica e social no estado a Paraíba.

2.1 DA FUNDAÇÃO DA APD

Tomaram parte dessa iniciativa os juristas e professores Boisbaudran de Oliveira Imperiano (ora um dos autores desta pesquisa), Josinaldo José Fernandes Malaquias (ora um dos autores da presente pesquisa), Ricardo Tadeu Feitosa Bezerra, Derly Pereira Brasileiro (ora um dos autores da presente pesquisa), Liliane Targino Belmonte de Araújo, Maria da Glória Virgínio Barbosa, Phillipe Giovanni Rocha Martins Silva, Wender Imperiano Ribeiro Soares, Luiz Augusto da Franca Crispim Filho, Benjamin de Souza Fonseca Sobrinho, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, Abelardo Jurema Filho, Aluísio Bezerra Filho, Rodrigo Clemente de Brito Pereira, Maria Madalena Abrantes Silva, Wolney de Macedo Cordeiro, Flávio Sátiro Fernandes Filho, Hermano Gadelha de Sá e Jairo Rangel Targiino, os quais passaram a discutir a criação da APD, seus patronos, a bandeira e o brasão de armas da academia e, por fim, o número de cadeiras a serem criadas, concluindo, então, pela eleição de 19 (dezenove) cadeiras, com seus respectivos patronos:

**QUADRO DE PATRONOS E ACADÊMICOS FUNDADORES DA
ACADEMIA PARAIBANA DE DIREITO**

CADEIRA	PATRONO	FUNDADOR
01	Tarcísio de Miranda Burity	Boisbaudran de Oliveira Imperiano
02	Afonso Pereira da Silva	Ricardo Tadeu Feitosa Bezerra
03	Paulo Bonavides	Phillipe Giovanni Rocha Martins Silva
04	José Flóscolo da Nóbrega	Wender Imperiano Ribeiro Soares
05	Luiz Rafael Mayer	Maria da Glória Virgínio Barbosa
06	Maria Ilcléia Gomes de Souza Neves	Liliane Targino Belmont de Araújo
07	Luiz Augusto da Franca Crispim	Luiz Augusto da Franca Crispim Filho
08	Arael Menezes da Costa	Josinaldo José Fernandes Malaquias
09	Levi Borges de Lima	Benjamin de Souza Fonseca Sobrinho
10	José Pedro Nicodemos	Derly Pereira Brasileiro
11	Antônio Vital do Rêgo	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto
12	Abelardo de Araújo Jurema	Abelardo Jurema Filho
13	Miguel Levino de Oliveira Ramos	Aluísio Bezerra Filho
14	Joacil de Brito Pereira	Rodrigo Clemente de Brito Pereira
15	Fátima de Lourdes Lopes Correia Lima	Maria Madalena Abrantes Silva
16	Airton Cordeiro	Wolney de Macedo Cordeiro
17	Flávio Sátiro Fernandes	Flávio Sátiro Fernandes Filho
18	Coriolano Dias de Sá	Hermano Gadelha de Sá
19	Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos	Jairo Rangel Targiino

Das várias reuniões iniciais, ocorridas em escritórios, residências, bem como em um restaurante da cidade de João Pessoa, localizado na orla de Manaíra, restou a necessidades de definição do estatuto, registro pertinente e data para o anúncio da criação da academia.

Então, a partir do quadro acima definido, a APD foi **fundada no dia 13 de maio de 2024**, tendo como sede a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. É uma entidade sem fins lucrativos existente em 22 Estados brasileiros. A pessoa é jurídica de direito privado – uma associação civil, de duração ilimitada e associada à Academia Brasileira de Direito (ABD).

A natureza jurídica das academias de letras jurídicas é de uma associação de direito privado, com fundação de acordo com o art. 53 do Código Civil Brasileiro (no capítulo inerente às associações), e registrada em 11 de outubro de 2024 no Cartório Toscano de Brito - Serviço Notarial e Registral sob o número 836.575 do Livro A-1266, tudo, em consonância com o art. 128, inciso I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.



TOSCANO DE BRITO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

CERTIDÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA

CERTIFICO e dou fé que nos termos dos Art. 44 e 45, do Código Civil Brasileiro e na forma dos Arts. 114 e 119 da Lei nº 6.015 de 31.12.1973, nesta data, foi conferida Personalidade Jurídica a:

DATADA DO REGISTRO:	LIVRO:	REGISTRO Nº:
11/10/2024	A-1266	836.575

Denominação: ACADEMIA PARAIBANA DE DIREITO-APD

Natureza Jurídica: ASSOCIAÇÃO

Sede: Rua Rodrigues de Aquino, nº 320, Sl 104, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba.

Fins: Estudo do Direito em todos os seus ramos e aspectos, seja por meio de difusão, cursos, publicações, seminários, congressos e culto à memória jurídica, por meio de parcerias por contratos, convênios, acordos; como também, por manifestação à área jurídica, cuja regulamentação constará no Regimento Interno.

Tempo de Duração: Indeterminado

Modo de Administração: Diretoria

Representação: Presidente

Ato Constitutivo Reformável: SIM Modo: Através da Assembleia Geral.

Responsabilidade Subsidiária dos Membros: Não respondem

Condição de Extinção: Por deliberação de dois terços dos sócios efetivos em Assembleia Geral.

Destino do Patrimônio: O seu patrimônio será transferido para Academia Paraibana de Letras.

Diretoria:

Nome	Função
Bolsebaudran de Oliveira Imperiano	Presidente
Josinaldo José Fernandes Malaquias	Vice-Presidente
Wander Imperiano Ribeiro Soares	Secretário-Geral
Maria da Glória Virginio Barbosa	Primeira Secretária
Liliane Targino Belmont de Araújo	Tesoureira

O referido é verdade e dou fé aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro em João Pessoa/PB.

O OFICIAL DO REGISTRO
Leonardo Camillo Soares
Escritor

Seio Digital: AQR03884-QXYS
Código de Autenticação em
https://repositorio.toscano.br

João Pessoa, 31 - Varadouro - CEP 58010-460 - João Pessoa - Paraíba
241-7177 - Fax: (83) 3241-7079 - www.toscanodebrito.com.br

VALIDO EM TODOS OS TERRITORIOS NACIONAIS QUANTO A QUALQUER ADULTERACAO OU FALSIFICACAO NESTE DOCUMENTO

Certidão de Personalidade Jurídica da APD



O objetivo precípua do APD é o estudo do Direito em todos os seus ramos e aspectos, seja por meio de difusão, realização de cursos, publicações, seminários, congressos e culto à memória jurídica, parcerias por contratos, convênios, acordos; como também, por manifestação à área jurídica, proporcionando na medida do possível o estudo da ciência do Direito e seus reflexos na sociedade, inclusive entre seus próprios acadêmicos, como também entre os que não ingressaram na academia, mas que possuem interesse nesse ato, assim como também aos juízes, advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria pública, demais operadores do Direito e estudantes da área.

Desta forma, conforme a teor da Certidão de Personalidade Jurídica registrada no Cartório acima mencionado, consta que os fins da APD são os estudos do Direito em todos os seus ramos e aspectos, seja por meio de difusão, cursos, publicações, seminários, congressos e culto à memória jurídica, por meio de parcerias por contratos, convênios, acordos; como também, por manifestação à área jurídica, cuja regulamentação constará no Regimento.

Pelo seu estatuto, a Academia é constituída por 40 (quarenta) juristas, tendo sido fundada por 19 (dezenove) membros sócios fundadores. Cada cadeira conta com um Patrono escolhido entre grandes nomes do Direito na Paraíba.

Restou, conseqüentemente, que no dia 29 de maio de 2024, já com o quadro definido, durante uma solenidade que homenageou o jurista e acadêmico Ricardo Bezerra na sede da Assembleia Legislativa da Paraíba com a medalha de mérito Tarcísio de Miranda Burity, foi feito o lançamento formal de criação da Academia Paraibana de Direito pelo Presidente da Academia Brasileira de Direito.

Nesse concorrido evento estavam presentes o presidente da Academia Brasileira de Direito, Fábio Capilé, o presidente do Colégio de Presidente das Academias Jurídicas do Brasil, Roberto Victor Ribeiro, o presidente do Instituto Sílvio Meira, André Malcher Meira, vários deputados, familiares do homenageado, os presidentes de várias academias jurídicas espalhadas pelo Brasil, como o presidente da Academia Paraibana de Letras Jurídicas, Eitel Santiago de Brito Pereira, a Presidente da Academia de Direito do Mato Grosso do Sul, Ynêz da Silva Felix, a Presidente da Academia de Direito do Mato Grosso, Severina Damaceno, o ex-Presidente da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, Luiz Andrade Oliveira; e, principalmente, quase todos os acadêmicos fundadores da APD, como Boisbaudran de O. Imperiano, Derly Pereira Brasileiro, Liliane Targino, Josinaldo Malaquias, Maria da Glória, Flávio Sátiro Fernandes Filho, Rodrigo Clemente de Brito Pereira, Ricardo Bezerra, Luiz Augusto da Franca Crispim, Filho Phillipe Giovanni Rocha Martins Silva e Benjamin de Souza Fonseca Sobrinho.





Imagens próprias: vários eventos ligados à criação da APD

Inicialmente, os primeiros membros da Diretoria da APD são Boisbaudran Imperiano, como presidente, Josinaldo José F. Malaquias, vice-presidente, Wender I. Ribeiro Soares, como secretário-geral, Maria da Glória V. Barbosa, como 1ª secretária, Liliane Targino B. Araújo, como tesoureira.

Como primeiros membros do Conselho Fiscal constam Benjamin Fonseca de S. Sobrinho, Luiz Augusto F. Crispim Filho, Ricardo Tadeu F. Bezerra e Jairo Rangel Targino.

Foi definido como sendo o seguinte brasão de armas da APD:



Imagem própria: símbolo, broche doado pelo acadêmico Josinaldo Malaquias e pelerine da APD

Referido símbolo possui os seguintes dados:

Criação: João Abelardo Lins Barreto (Membro do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica).



Descrição: De azul com figura de mulher, de negro, vendada e armada de espada e balança, com bordadura, de ouro, carregada de três estrelas de cinco pontas. Tendo como suportes: duas espadas. A primeira à destra, apontada para baixo e, a segunda, à sinistra, apontada para cima. Encimada por uma faixa com o título ACADEMIA PARAIBANA DE DIREITO e apoiada em uma faixa inferior com o lema BENEDICTUM LUX.

Como significado, *Benedictum*, de acordo com Iba Mendes (2012) e Seraphici Montis Alvernae (1630), termo latim associado ao hino “Benedictus”, baseado no cântico bíblico de Zacarias, que significa “Bendito” ou “louvado seja”, daí *Benedictum Lux* significar luz bendita ou luz abençoada.

Quanto às cores, temos o seguinte:

- O amarelo (ouro): significa fidelidade às leis
- Vermelho: significa força, poder
- Azul: significa justiça, lealdade
- Negro: significa sabedoria e prudência.

Já em relação ao escudo e suporte, temos que a posição do escudo com o símbolo da justiça entre duas espadas, (a primeira em posição de repouso e a segunda em posição de ataque) é uma representação alegórica da mediação da Magistratura entre a Advocacia e o Ministério Público.

Já a bandeira da academia é constituída pelo brasão de armas e do mapa do Estado da Paraíba, com as cores verde e amarelo:



Imagem própria: bandeira da APD

Consta como sendo o endereço da APD para fins de correspondência a Rua Rodrigues de Aquino, 320/Sala 104, Centro CEP 58.013-030 João Pessoa – Paraíba E-mail: academiaparaibanadedireito@gmail.com.

A solenidade de posse coletiva dos acadêmicos, com a entrega do fardão, do diploma de sócio efetivo e da comenda *ad immortalitatem*, ocorreu no dia 06 de dezembro de 2024, 19h, no Auditório Executivo do Centro Universitário Uniesp, como mostram as imagens a seguir:



Convite para a solenidade de posse dos Acadêmicos da APD



Acadêmicos que participaram da posse coletiva da APD



Coube ao acadêmico Josinaldo Malaquias, vice-presidente da academia, discursar em nome dos acadêmicos

A solenidade de posse dos acadêmicos foi bem divulgada pela imprensa local, como demonstrado a seguir:



Academia Paraibana de Direito empossa seus membros e deve lançar livro em 2025

Os projetos para 2025 incluem a publicação de um livro

06/12/2024 às 09:14
Por: Celso Vinícius



Academia Paraibana de Direito empossa seus membros e deve lançar livro em 2025

Evento solene marcou início oficial das atividades da instituição, com foco na difusão do conhecimento jurídico e inclusão social.

■ 9 de dezembro de 2024

A Academia Paraibana de Direito (APD) já tem 15 membros fundadores empossados em suas respectivas cadeiras. A solenidade



06/12/2024 às 09:14
Por: Celso Vinícius

Academia Paraibana de Direito empossa seus membros e deve lançar livro em 2025, além de fazer uma Sessão Especial em homenagem aos Patronos dos Imortais

Home → Todos os posts → Cotidiano → Academia Paraibana de Direito empossa seus...

COTIDIANO, CULTURA, EDUCAÇÃO, JUSTIÇA, LITERATURA, OPINIÃO, PODER, SOCIEDADE 1 dia ago



A Academia Paraibana de Direito (APD) já tem 15 membros fundadores empossados em suas respectivas cadeiras.

- A solenidade coletiva aconteceu na noite da última sexta-feira (06), no auditório da faculdade Unesp, onde os membros renovaram o compromisso de produzir conhecimento para tornar as ciências jurídicas mais acessíveis na sociedade.



Os projetos para 2025 incluem a publicação de um livro.

- A posse da APD contou com a entrega do fardão, além do diploma de sócio efetivo acadêmico e a comenda "ad immortalitatem".



Mais Lidas



Cotidiano, Poder • 19 de janeiro de 2023
BRB finaliza obras de sua nova sede na Avenida Epitácio Pessoa, na Capital, para atender servidores públicos municipais



Cotidiano • 26 de outubro de 2023
1ª Mostra de Viaturas Históricas Militares da Polícia da Paraíba será no Mangabeira Shopping



Política • 14 de novembro de 2022
Deputado Federal estreante no Congresso Nacional é uma 'Joia Rara'



Poder, Política • 11 de março de 2023
CMJP homenageia esposa de Ricardo Coutinho



2.2 DOS PATRONOS DA APD

Fundada a academia, seus 19 fundadores elaboraram textos a partir da biografia de cada patrono nos seguintes termos, seguindo a ordem do número das cadeiras:

Cadeira nº 1 - Patrono: Tarcísio de Miranda Burity

Tarcísio de Miranda Burity nasceu em João Pessoa no dia 28 de novembro de 1938, filho de Luís Gonzaga de Albuquerque Burity e Maria José de Miranda Henriques. Foi casado com a professora Glauce Maria Navarro Burity. Faleceu na cidade de São Paulo no dia 08 de julho de 2003, vítima de problemas cardíacos.

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba em 1961, onde foi orador da turma; Mestre em Sociologia da Educação pela Universidade de Poitiers, na França, em 1964. Doutor em Ciências Políticas pelo Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais de Genebra, Suíça em 1967.

Foi professor de Colégios de Ensino Médio. Foi Promotor de Justiça na cidade de Araruna (1962/1963). Foi Professor da Universidade Federal da Paraíba, onde lecionou as seguintes disciplinas: Filosofia do Direito, História da Educação, Direito Internacional Público, Filosofia Antiga, Introdução à Ciência do Direito e Sociologia da Educação.

Na UFPB, também exerceu funções administrativas, como de chefe de Gabinete da Reitoria (1968/1970) e diretor da Faculdade de Direito (1972/1974). Também foi Professor de Introdução ao Direito, na Universidade Nacional de Brasília – UNB e no curso de mestrado em direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Escreveu dezenas de artigos e diversos livros, dentre os quais destacam-se: *“Kelsen e o Direito Internacional Consuetudinário”*, *“A Teoria tridimensional do Direito de Miguel Reale”*, *Ontognoseologia e Metafísica Conjectural em Miguel Reale*”, dentre outros.

Seu ingresso na política se deu a partir de quando ocupou o cargo de Secretário de Educação do estado da Paraíba em 1975 no Governo de Ivan Bichara.

Foi eleito Governador da Paraíba pela via indireta na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba em 1978, sucedendo o governador Ivan Bichara, governou o Estado até 1982. Foi eleito Deputado Federal exercendo o mandato entre 1983 a 1987. Em 1987 se elege pela via direta segunda vez Governador da Paraíba, mandato que exerceu até 15.03.1991.

Durante os dois mandatos que exerceu como governador do Estado da Paraíba Tarcísio Burity se destacou por realizar governos promissores e na construção de diversas obras que marcaram a Paraíba, como por exemplo: Construção dos conjuntos habitacionais



“Mangabeira”, em João Pessoa, "Malvinas" e "Severino Cabral", em Campina Grande; construção do Espaço Cultural José Lins do Rego; construção de 36 mil casas populares; construção de 1.100 salas de aulas; Construção da Barragem Gramame-Mamuaba, dentre tantas outras obras.

Cadeira nº 2 - Patrono: Afonso Pereira da Silva

Afonso Pereira da Silva nasceu em 30 de outubro de 1917, em Bonito de Santa Fé, estado da Paraíba; filho do Sr. José Pereira da Silva e D. Cherubina Pereira da Silva. Foi casado com a professora Clemilde Pereira, faleceu em 08 de junho de 2008.

Oriundo de família católica, perdeu seu pai ainda criança, vindo cursar o primeiro grau (entre os anos de 1930 e 1931) na capital do Estado, mais precisamente, no Seminário Apostólico São Pedro Gonçalves, dos padres franciscanos. Completou o 2º grau no Colégio Franciscano de Rio Negro, no Paraná. Sua próxima parada seria na Alemanha, a fim de fazer Noviciado, os Cursos de Filosofia e Teologia e tornar-se frade.

Em Recife formou-se em Direito, em 1948 pela Universidade Federal de Pernambuco. Fez Especialização em Psicologia (1967), Direito Autoral (1975) e em Educação (1995).

Como professor, lecionou diversas disciplinas, como Grego, Latim, Geografia, Português, Francês, Política Financeira, Metodologia e Didática, Direito Romano e outras

No final da década de 40, foi o responsável pela criação, através da Sociedade de Cultura Musical, do Conservatório de Música da Paraíba, em 15 de junho de 1946. Ainda na área musical, Afonso Pereira, subsidiado pela Sociedade de Cultura Musical, organiza, em 1949, o Primeiro Congresso de Música do Nordeste.

O Professor Afonso Pereira foi fundador e presidente da Fundação Padre Ibiapina, criada no dia 30 de março em 1954, segundo palavras da Profª. Clemilde Pereira: “Afonso criou todo o sentido da educação na Paraíba. O Senado analisou e viu que Afonso fez 275 unidades de educação, entre escolas e ginásios, e, por sinal, sem gastar um tostão do dinheiro público”.

A Fundação Padre Ibiapina construiu 114 estabelecimentos que requerem autorização do Ministério da Educação – MEC (sendo 70 ginásios e 44 escolas), 57 bibliotecas, nove Escolas Livres Profissionais (bordado, costura e arte culinária) e cinco escolas rurais, 20 escolas com conceito da Companhia Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, nos estados da Paraíba (sendo o direto do CNEC estadual), do Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, do Piauí e em São Paulo. Para além desses processos, a Fundação Padre Ibiapina ajudou na criação de 70 escolas de ensino superior e universidade.



Foi Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, assumiu a direção da Faculdade de Educação da UFPB (1968), foi secretário-executivo e, posteriormente, presidente da Associação Interamericana de Direito Romano (1968), além de diretor e fundador da Biblioteca Central da UFPB (13 de dezembro de 1968) e fundador da APAE (23 de julho de 1962).

Na área jornalística, em agosto de 1953, foi o primeiro diretor do Correio da Paraíba, integrado ao Sistema Correio de Comunicação. Conviveu com personalidades como José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Odilon Ribeiro Coutinho, entre outros personagens ilustres.

Exerceu a função de Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral (1952) e Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Logo depois, foi eleito deputado estadual, entre os anos de 1955 e 1959, por meio do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Outra criação do Prof. Afonso, foi a fundação em 1971 dos Institutos Paraibanos de Educação – IPE, posteriormente UNIPE, conjuntamente com os professores Marcos Augusto Trindade, José Trigueiro do Vale, Flávio Colaço Chaves, José Loureiro Lopes e Manuel Batista de Medeiros.

Ingressou na Academia Paraibana de Letras, em 21 de junho de 1966. Em 20 de maio de 1978, foi eleito Presidente da APL, sendo reeleito por três vezes consecutivas, cumprindo, assim, um mandato que durou seis anos, transcorrido com sucesso.

Ainda, em 11 de agosto de 1977, por volta das vinte e uma horas, no Salão de Convenções do antigo Hotel Tambaú, na praia de Tambaú em João Pessoa, o Prof. Afonso conjuntamente com 31 (trinta e um) outros renomados juristas paraibanos fundaram a Academia Paraibana de Letras Jurídicas – APLJ, a qual foi reestruturada em 11 de agosto de 2013 pelo Jurista Ricardo Bezerra, atual Acadêmico, ocupante da Cadeira 02 da APD.

Cadeira nº 3 - Patrono: Paulo Bonavides

Paulo Bonavides, nasceu em Patos, no dia 10 de maio de 1925 e faleceu Fortaleza, no dia 30 de outubro de 2020, foi um jurista, jornalista e cientista político brasileiro. Reconhecido nacional e internacionalmente como um dos principais constitucionalistas do Brasil.

Foi professor emérito da Universidade Federal do Ceará e membro da Academia Cearense de Letras, ocupando a cadeira de número 17. Doutor honoris causa da Universidade de Lisboa (1998) e da Universidade Inca Garcilaso de La Vega (2009). Professor Visitante nas Universidades de Colônia (1982), Tennessee (1984) e Coimbra (1989).

Foi ainda Presidente Emérito do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC) e Presidente de Honra do Instituto de Defesa das Instituições Democráticas (IDID). Recebeu o



prêmio Carlos de Laet, da Academia Brasileira de Letras, a Medalha Rui Barbosa, da Ordem dos Advogados do Brasil, e o Grande Colar do Mérito, do Tribunal de Contas da União, no ano de 2005.

Iniciou seus estudos jurídicos em 1943 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde bacharelou-se em 1948. Durante a graduação, realizou curso de extensão em Sociologia Jurídica em Harvard, entre 1944 e 1945.

Foi professor do Seminário Românico da Universidade de Heidelberg no início dos anos 1950. No Brasil, começou a lecionar no ensino superior em 1956 na Universidade Federal do Ceará, onde passaria a ministrar a cátedra de Teoria Geral do Estado. Como professor visitante, atuou na Universidade de Colônia, na Universidade do Tennessee e na Universidade de Coimbra.

Sobre a obra de Paulo Bonavides, existem várias fontes a serem consultadas, destacando-se a sua biografia, *Paulo Bonavides*, escrita por Antônio Carlos Klein; e a tese de Livre Docência do professor Dimas Macedo: *El Pensamiento Político de Paulo Bonavides*, publicada no Brasil pela Editora Malheiros com o título *Estado de Direito e Constituição - O Pensamento de Paulo Bonavides*.

Publicou diversas obras, onde destaca-se: Direito Constitucional, 1980 Norma Jurídica e Análise Lógica: Correspondência Kelsen-Klug, 1984 Política e Constituição, 1985 Constituinte e Constituição, 1986. Demócrito Rocha: Uma Vocação Para a Liberdade, 1988. História Constitucional do Brasil (com Paes de Andrade), 1988. A Constituição Aberta, 1993 Curso de Direito Constitucional, 1993 Do País Constitucional ao País Neocolonial, 1999. Teoria Constitucional da Democracia Participativa, 2001. Os Poderes Desarmados, 2002. La Depoliticizzazione Della Legittimità. Lece: Editore Pensar, 2007. Constituição e Normatividade dos Princípios, 2012.

Cadeira nº 4 - Patrono: José Flóscolo da Nóbrega

José Flóscolo da Nóbrega, nasceu em Santa Luzia no dia 02 de fevereiro de 1898, filho de Francisco Antônio da Nóbrega e Luzia Cristina de Brito da Nóbrega. Casado com Alda Toscano da Nóbrega, faleceu em João Pessoa no dia 01 de novembro de 1969.

Formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1925. Pouco depois de formado, passou algum tempo advogando pelo sertão, quando, em 1926, foi nomeado Procurador da Prefeitura de João Pessoa (à época, "Cidade da Paraíba").

Exerceu, ainda, a função de subprefeito de Santa Rita em 1931 e consultor jurídico do Estado da Paraíba de 1933/1934. De set/1934 a jun/1935 ocupou o cargo de Procurador Geral



do Ministério Público do Estado. Foi desembargador da Corte de Apelação (1935/1957), também, foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral entre 1948/1950. Foi um dos fundadores do curso de direito da Universidade Federal da Paraíba, onde foi Professor da Faculdade de Direito (1951/1968) e professor da Faculdade de Filosofia (1955/1961). Foi nomeado Desembargador, após ser indicado em lista tríplice pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, onde passou vinte e dois anos de sua vida dedicado ao Tribunal de Justiça da Paraíba. Era conhecedor de hermenêutica, filosofia, sociologia e outras ciências afins do Direito.

Flóscolo da Nóbrega foi o fundador da Cadeira 01 da Academia Paraibana de Letras em 1946, tendo como patrono Augusto do Anjos

Colaborou em jornais e em revistas da Paraíba e de outros Estados. Escreveu para órgãos especializados, tais como "Revista de Crítica Judiciária", "Revista Forense" (Rio de Janeiro); "Revista dos Tribunais" (São Paulo); "Revista de Estudos Políticos" (Belo Horizonte). Deixou publicadas as seguintes obras: "Introdução ao Direito"; "A Sombra do Eu"; "A Teoria Ergológica do Direito"; "Introdução à Sociologia"; "A Liberdade como Função Social"; "Poemas Esquecidos"; "Em Torno de Einstein". Afora isso, deixou inédita uma monografia sobre Ciência Política e inacabados dois livros sobre "Humanismo Ateu" e "Folclore Sertanejo".

Cadeira nº 5 - Patrono: Luiz Rafael Mayer

Rafael Luiz Mayer, nasceu em Monteiro em 27 de março de 1919, filho de Marcolino Mayer de Freitas e Lydia Rafael Mayer. Foi casado com Leide Diógenes Mayer. Faleceu dia 23 de novembro de 2013, em Recife, aos 94 anos.

Em Recife, fez o curso ginásial no Colégio Salesiano (1931-1936), transferindo-se, a seguir, para o Colégio Pedro Augusto onde cursou o Pré-Jurídico (1937-1938). Em 1939, ingressou na Faculdade de Direito dessa cidade, bacharelando-se em 1943.

Dentre as suas atividades escolares, pode-se citar a de orador da turma de concluintes do ginásio e da turma de Bacharéis da Faculdade de Direito de Recife, além de ter sido membro do Diretório Acadêmico da Faculdade (1939-1941) e, Diretor-assistente da Casa do Estudante de Pernambuco (1939-1940) e Diretor do Departamento Cultural do Centro XI de Agosto.

Na Paraíba, foi Prefeito do Município de Monteiro, de 1944 a 1945. De volta a Pernambuco, ingressou no Ministério Público do Estado, mediante concurso de provas realizado em 1945, para o cargo de Promotor, exercendo-o ininterruptamente de 1945 a 1955, período em que foi promovido, por merecimento, de primeira à segunda, e de segunda à terceira entrâncias, nas Comarcas de Serrita, Maraial, Gameleira, Igarassu, Paulista e Recife. Em sequência à sua carreira, exerceu, também, os seguintes cargos e atividades públicas no Estado:



Promotor Auxiliar da Procuradoria-Geral do Estado (1952-1954); Membro do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco (1962-1964); Subprocurador-Geral do Estado de Pernambuco (final de carreira do Ministério Público, promoção por merecimento), de 1955 a 1966; Presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco (1951-1953); Membro da Comissão Examinadora do Concurso para Oficial Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (1962); Conferencista no Curso de Polícia, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (outubro de 1956); Relator da Comissão nomeada pelo Governo do Estado para dar parecer sobre o Regimento de Custas do Estado (1955).

No exercício de outras atividades e funções vinculadas à advocacia, foi sucessivamente: Advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista, em Pernambuco (1944-1945); Diretor de Estudos Sociais da Federação dos Círculos Operários de Pernambuco (1955-1963); Secretário do Conselho Seccional de Pernambuco, da Ordem dos Advogados do Brasil (1955-1958); Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal (1969-1970; 1971-1972; 1973); Membro da Banca Examinadora do Concurso para Juiz do Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Recife (1962).

No âmbito federal, exerceu os seguintes cargos e funções: Assessor do Gabinete do Ministro da Fazenda (1963); Procurador do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (1964); Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais – MECOR (1964-1967); Consultor-Jurídico do Ministério do Interior (a partir de março de 1967) e Consultor-Geral da República (abril de 1974 a dezembro de 1978).

Nomeado pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 13 de dezembro de 1978, na vaga decorrente do falecimento do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin. Tomou posse no dia 15 de dezembro de 1978.

Eleito pelo Supremo Tribunal Federal para Juiz Substituto do Tribunal Superior Eleitoral, exerceu o cargo de 10 de fevereiro de 1981 a 9 de novembro de 1982 e como Juiz Efetivo a partir de 10 de novembro de 1982; posteriormente, como Vice-Presidente até 16 de dezembro de 1984. Ascendeu à Presidência em 17 de dezembro de 1984, afastando-se em 6 de setembro de 1985.

Eleito Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal em 4 de setembro de 1985, desempenhou o cargo até 9 de março de 1987. Foi eleito para a Presidência do Supremo Tribunal Federal em sessão de 10 de dezembro de 1986, exercendo-a no biênio de 10 de março



de 1987 a 10 de março de 1989. Aposentou-se em 15 de março de 1989, sendo lida, em sessão de 12 de abril seguinte, pelo Presidente, Ministro Néri da Silveira, a sua carta de despedida. Foi homenageado em sessão de 19 de abril, quando falaram, pelo Tribunal, o Ministro Aldir Passarinho, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence e, pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Sérgio Gonzaga Dutra.

Trabalhos Publicados: “O Processo Administrativo Disciplinar e o Direito de Defesa” (in Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco - 1962); “Autarquias” (in Anais do Encontro Jurídico do MINTER, 1972); “Supremo Tribunal Federal: Expressão da Independência” (in Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, vol. 10, 1973); “Direito de Irrigação no Brasil” (in Revista de Direito Agrário – INCRA – nº 2, 1973); “A Natureza Jurídica dos Territórios Federais” (in Revista de Direito Administrativo); “Disposições Constitucionais sobre o Contencioso Administrativo” (Arquivos do Ministério da Justiça); “Pareceres da Consultoria-Geral da República” (vols. 85 a 90); “O Controle Constitucional dos atos do Poder Público” (Memória de Las Cortes Supremas da Justicia – Iberoamericana, Caracas); “Do Supremo Tribunal de Justiça ao Supremo Tribunal Federal” (in Arquivos do Ministério da Justiça).

Cadeira nº 6 - Patronesse: Maria Ilcléia Gomes de Souza Neves

Maria Ilcléia Gomes de Souza Neves nasceu em São José de Piranhas no dia 13 de setembro de 1937, filha do comerciante e agropecuarista Antônio Gomes Barbosa e da professora Maria Delfina Batista Palitot Gomes. Foi casada com o Juiz de Direito Hamilton de Souza Neves. Faleceu no dia 11 de novembro de 2018, em João Pessoa.

Concluiu o curso pedagógico no Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade Catolé do Rocha(PB); concluiu o Curso de Licenciatura em Educação Física, em 1972, na UFPB e o Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, em 21/12/1975, na Faculdade de Direito da Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande, hoje Universidade Estadual da Paraíba. Concluiu o Curso de Mestrado em Direito Administrativo na UFPB, em 1983. Foi professora em Campina Grande, dos Colégio Estadual de Bodocongó e Prata, e do Colégio de Aplicação e da Faculdade de Direito da URNE (Universidade Regional do Nordeste); foi professora da Faculdade de Direito dos Institutos Paraibanos de Educação (IPE); foi integrante da Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba de 1980 a 2018.

Foi Conselheira da Seccional Paraíba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por mais de 20 anos, onde foi integrou as diretorias dos ex-presidentes da OAB-PB, Paulo Maia,



Vital do Rego, Arlindo Delgado e Afrânio Melo, onde foi Secretária, Tesoureira e Presidente das Comissão de Direitos Humanos, da Ação Social, da Mulher Advogada e Ética.

Foi Presidente da Seccional Paraíba da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) e integrante da Direção Nacional da Entidade; foi designada pela Assembleia Legislativa da Paraíba e pela OAB, para integrar o quadro de advogados brasileiros junto à Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e da Assembleia Estadual Constituinte do Estado da Paraíba, onde teve atuação destacada na defesa dos direitos sociais e das mulheres.

Cadeira nº 7 - Patrono: Luiz Augusto da Franca Crispim

Luiz Augusto da Franca Crispim nasceu em João Pessoa no dia 23 agosto de 1945, filho do casal Napoleão Crispim e Maria Tereza da Franca Crispim. Casado com Adília Espínola da Franca Crispim. Faleceu em João Pessoa em 06 de dezembro de 2008.

Estudou no Grupo Escolar Eptácio Pessoa, no Colégio Pio X e no Liceu Paraibano. Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba, sendo ainda graduado em Língua e Literatura Francesa. Também fez curso de Administração Financeira e Pesquisa de Mercado. Era Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

Como Jornalista iniciou cedo suas atividades nas redações, exerceu funções de destaques nos jornais, inclusive de direção no Jornal A União em meados da década de 1970, e no Jornal O Norte, até se transferir para o Jornal Correio da Paraíba, onde permaneceu 24 anos como cronista diário. Foi correspondente da Revista Visão, do Jornal O Globo e da Folha de S. Paulo e outros jornais de circulação nacional. Ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo de 1975 pela publicação do trabalho “Incentivo para uma Economia de Cordel”, publicado no Jornal O Norte.

Entre os cargos públicos ocupados, foi Diretor Presidente da PBTUR, Presidente da Fundação Cultural José Lins do Rego, Secretário Estado da Comunicação, Secretário de Cultura do Estado, Chefe da Casa Civil do Governador da Paraíba, Procurador Geral do Estado, Procurador Geral do Município de João Pessoa, Professor Titular no Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

Como escritor, era apaixonado pelas letras e entusiasta da cultura em todas as suas manifestações, foi através de seus escritos em prosas e versos onde teve reconhecimento regional e nacional. Foi Acadêmico da Academia Paraibana de Letras onde ocupava a Cadeira 3, por um período de dois mandatos consecutivos foi seu presidente, o mais jovem a administrar a Casa de Coriolano de Medeiros.



Publicou diversos livros e trabalhos, destacando-se “Por uma estética do real”, “O arco e a fonte”, “Os anéis da serpente”, “A expiação de Orfeu”, “Poemas da estação”, “Os pecados da tarde”, “As artes da paixão”, “Os delitos da glória”, “A dama da tarde”, “O herói sem rosto”.

Cadeira nº 8 - Patrono: Arael Menezes da Costa

Arael Menezes da Costa, Natural de João Pessoa em 1938. Casado com Raquel Arcoverde Nicodemos da Costa. Faleceu em João Pessoa no dia 01 de junho de 2023. Foi Advogado Militante, Jornalista e Professor Universitário.

Iniciou a sua trajetória profissional como repórter, redator e secretário do Jornal A União. Posteriormente, ingressou na Docência Superior como titular do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa, onde graduou-se em Jornalismo, no ano de 1961. Concluiu o Curso de Direito, em 1964, na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, como advogado passou a exercer o seu mister e, simultaneamente ensinou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB, em Campina Grande, onde ingressou por concurso público. Em seguida foi transferido para o Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas da UFPB, em João Pessoa.

Foi o primeiro jurista paraibano a perceber a importância da articulação entre o Jornalismo e o Direito. Daí, contrariando prognósticos céticos e sombrios, criou, em 1965, a Imprensa Universitária da Universidade Federal da Paraíba iniciando, desta forma, fecunda produção editorial.

De gênio irrequieto passou a lutar, na UFPB, para a implantação do Curso de Comunicação Social, habilitações de Jornalismo e Relações Públicas, o que ocorreu em 1977. Não satisfeito, enfrentou fortes obstáculos e fundou a Rádio Universitária FM, em 1983. Criou a Fundação Virgínius da Gama e Melo mantenedora da Rádio Universitária FM, em 1989.

Pós-Graduado em Jornalismo – pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina, no Equador, e Relações Públicas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – escreveu os livros: “*A Liberdade de Expressão*”, “*A Necessidade de Formação Universitária para o Jornalista Profissional*”; “*A Influência dos Meios de Comunicação Sobre o Comportamento Coletivo*”; “*Introdução ao Estudo das Relações Públicas*”; “*Liberdade de Expressão e Controle da Informação*” e “*O Controle da Informação no Brasil*”.

Era conferencista internacional. Na UFPB foi Diretor da Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Coordenador Didático do Serviço de Estágios da Faculdade de Ciências Econômicas, Subdiretor do Instituto Central da Filosofia e Ciências Humanas, Presidente da



Rádio Universitária FM da Paraíba. Foi diretor da Federação Nacional dos Jornalistas e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba.

Cadeira nº 9 - Patrono: Levi Borges de Lima

Nasceu em João Pessoa em 20 de agosto de 1947, casado com Mariza Silva Borges, faleceu em 09 de abril de 2020 em Recife-PE. Foi Advogado Defensor Público, Jornalista e Professor Universitário.

Era graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (1976), especialização em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (1982), especialização em Curso Preparatório à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (1985), especialização em Direito Constitucional pela Escola Superior de Advocacia da Paraíba (2002).

Dentre as funções públicas que exerceu foi Defensor Público do Estado da Paraíba por 35 anos aposentando-se em 2019, Procurador Geral do Estado da Paraíba, Procurador Adjunto do Município de João Pessoa, Delegado de Polícia, Vereador do Município sendo Presidente da Câmara de Vereadores de João Pessoa, Conselheiro da OAB/PB por sete Mandatos, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos do Estado da Paraíba. Foi professor adjunto do Centro Universitário de João Pessoa de 1978 a 2018.

Cadeira nº 10 - Patrono: José Pedro Nicodemos

José Pedro Nicodemos nasceu em 1 de agosto de 1916, em Ribeirão (PE). Filho de Caetano Nicodemos e Maria Nina Ponce Nicodemos. Casado com Joaquina Rosa Arcoverde Nicodemos. Faleceu em 13 de abril de 2002, na Capital paraibana. Em 1943 formou-se bacharel em Direito, pela Faculdade do Recife (PE).

Em 1944, iniciou sua atuação como promotor público, passando pelas comarcas de Mamanguape, Itabaiana e João Pessoa. Entre 1954 e 1956, foi diretor do Departamento do Serviço Público. Assumiu a Secretaria de Educação e Cultura do Estado em 1958, ficando no cargo de secretário até 1960. Assumiu a chefia do Ministério Público no dia 17 de julho de 1963, ficando no cargo de procurador-geral do Estado (nome do cargo à época) até 15 de março de 1965.

Foi professor da Universidade Federal da Paraíba (1963-1981) e pró-reitor de Assuntos Estudantis (1972-1975) dessa instituição de ensino superior. Também ocupou o cargo de chefe do Serviço de Orçamento da Secretaria de Finanças do Estado da Paraíba e foi membro do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, assim como também participou da campanha de criação da Associação Paraibana do Ministério Público, em 1947.



Títulos honoríficos: Cidadão de Mamanguape, 1973; Cidadão Paraibano (Assembleia Legislativa), dentre outros. Trabalhos publicados: *O Direito Escrito e o Direito Consuetudinário*; *O Liberalismo francês e a Revolução de 1817*; *A Revolução de 30 no contexto nacional*; *O Historiador e Historiografia*, prefácio a ensaio de José Honório Rodrigues; dentre outros. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico.

Cadeira nº 11 - Patrono: Antônio Vital do Rêgo

Antônio Vital do Rêgo, nasceu em 21/05/1935 em Campina Grande, filho de Veneziano Vital do Rêgo (conhecido por Major Veneziano) e Vicentina Figueiredo Vital do Rêgo. Foi casado com Nilda Gondim. Faleceu em 02 de fevereiro de 2010, em Recife-PE. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, foi advogado, político, escritor e professor.

Atividades Profissionais e Cargos Públicos que exerceu: Foi Assessor Jurídico e Gerente Administrativo, Bentonit União Nordeste S.A.; Assessor Jurídico, Bentonita Boa Vista S.A.; Professor de Sociologia e Chefe do Departamento de Ciências Sociais, UFPB, 1966, e Professor Titular, 1981; Professor de Direito, UFPB e UEPB; Membro, Instituto Brasileiro de Direito Tributário, USP; Presidente e Reitor da Fundação Universidade Regional do Nordeste (atual UEPB); em 1985, assumiu a presidência da OAB/PB cargo que exerceu até 1987. Procurador do Estado da Paraíba, 1987-1990. Secretário Estado da Justiça da Paraíba e Secretário de Estado da Articulação Governamental da Paraíba.

Como político exerceu o seguintes Mandatos Eletivos: Deputado Estadual, 1959-1963, PB, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, PB, UDN; Deputado Federal, 1967-1969, PB, ARENA (foi cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do Ato Institucional nº 5); Deputado Federal, 1991-1995, PB, PDT.

Alguns livros publicados por Vital do Rego: “Problemas sexuais nas prisões. Recife, Mousinho Artefatos, 1957”; “O direito no processo revolucionário dos nossos dias. João Pessoa, a Imprensa Editora, 1959”; “Exercício de competência fiscal. Campina Grande, SERTEC, 1973”; “Minerais e Tributação. Campina Grande, SERTEC, 1978”; “Tempos de sempre (Coletânea), João Pessoa, Editora a União, 1979”; “Liberdade, universo de cultura, Campina Grande, GRAFSET, 1980”; “Magnífico será o trabalho que faremos pela Urne-Infurna, 1981”. “O júri no Brasil, Soberania, Decisão do Tribunal Popular e sua revisão pela instância togada. O papel do advogado no Brasil, Campina Grande, GRAFSET, 1983”; “O estudante universitário no contexto sociopolítico e cultural, Campina Grande, Grafset, 1983” e “Dever do cidadão e advogado, João Pessoa, Micro-Graft, 1988”.

Cadeira nº 12 - Patrono: Abelardo de Araújo Jurema



Abelardo de Araújo Jurema, nasceu em Itabaiana, PB em 15 de fevereiro de 1914, filho de Geminiano Jurema Filho e Amália de Araújo Jurema. Ainda criança mudou-se para Recife (PE) junto com a sua família. Foi casado com Maria Evanise Pessoa Jurema, mais conhecida como Dona Vaninha. Faleceu em 09 de fevereiro de 1999 em João Pessoa, PB. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco em 1938. Foi advogado, político, escritor e jornalista.

Atividade políticas: Prefeito de Itabaiana, PB, Período: 1937 a 1938; Prefeito de João Pessoa, PB, Período: 1946 a 1947; Senador pelo PSD no período: 1953 a 1957. Deputado Federal - 1959-1963, PB, PSD; Deputado Federal - 1963-1964, PB, PSD (foi cassado e teve os direitos políticos suspensos na legislatura 1963-1967, em face do Ato Institucional nº 1). Cassado em 1964 exilou-se em Lima, no Peru, seu retorno ao Brasil ocorreu em 1974.

Como escritor Abelardo Jurema de Araújo é autor do livro “Sexta-feira 13 – Os últimos dias do presidente Governo Goulart”, pela Editora O Cruzeiro. Este livro chegou a oito edições e é considerado pelos brasilianistas como o mais importante documento sobre o Golpe de 1964; “Exílio”, com selo Acauã, que também obteve grande sucesso. “Entre os Andes e a Revolução”, memórias do exílio, que saiu pela editora O Cruzeiro; “Juscelino & Jango – PTB & PSB”, também pela editora O Cruzzeiros e “Presença da Paraíba no Brasil”, editado pela Universidade Federal da Paraíba. Assumiu a cadeira 23 da Academia Paraibana de Letras, em 14 de janeiro de 1982, saudado pelo acadêmico Luiz Augusto Crispim.

Na Paraíba e no Brasil exerceu diversas funções e cargos públicos. Foi Chefe de Gabinete do Interventor Federal, PB, 1930; Diretor, Departamento de Educação, PB, 1940; Diretor, Divisão de Expansão de Economia, Ministério do Trabalho, 1960, foi Diretor do Ipase (o INSS daquela época), Procurador adjunto da República; professor de Literatura do Liceu Paraibano; foi Redator do Jornal A União; diretor do Departamento de Educação. Entre 1957 e 1958 foi secretário do Interior e Justiça da Paraíba, Diretor da Rádio Tabajara, Secretário de Educação. Ministro da Justiça, de junho de 1963-1964. Foi ainda diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 1983 e 1985, e do Instituto do Açúcar e do Alcool, entre 1985 e 1988.

Cadeira nº 13 - Patrono: Miguel Levino de Oliveira Ramos

Miguel Levino nasceu em Mamanguape no dia 12 de novembro de 1924. Filho de Antônio da Silva Ramos e de Ricardina de Oliveira Ramos. Foi casado com a Sra. Olga da Cunha Ramos. Faleceu no dia 18 de julho de 2018 em João Pessoa aos 94 anos. Formou-se em Direito no ano de 1952, pela Faculdade do Recife.



Iniciou suas atividades profissionais como advogado, em sua cidade natal, onde exerceu o cargo de Promotor Substituto. Exerceu o cargo de promotor substituto na comarca de Bananeiras. Ingressou na magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Soledade, em 1957. Passou por várias comarcas da Paraíba: Serraria, em 1958; Patos, em 1965; Bananeiras, 1965; Campina Grande, em 1969; João Pessoa, 1969. Em 29 de setembro de 1972 foi nomeado para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Atuou na Magistratura paraibana por 40 anos, tendo ingressado no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba em 1982. Foi Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo assumido o governo do Estado da Paraíba por duas vezes. Atuou como professor de Direito Penal da Universidade Federal da Paraíba. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, de 04 de fevereiro de 1991 a 03 de fevereiro de 1992. Aposentou-se em 12 de novembro de 1994.

Cadeira nº 14 - Patrono: Joacil de Brito Pereira

Joacil de Brito Pereira nasceu em Caicó/RN em 13 de fevereiro de 1923. Filho de Francisco Clementino Pereira e Isabel de Brito Pereira. Foi casado com a Sra. Neli Santiago Pereira. Faleceu em João Pessoa em 29 de agosto de 2012. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Fac. de Direito do Recife, UFPE, 1950. Foi professor, advogado, escritor e político.

Sua estreia em eleições iniciou-se em 1958, quando foi eleito deputado estadual pela UDN em coligação com o Partido Libertador. Reeleito em 1962, Joacil Pereira migrou para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1965 após a promulgação do Ato Institucional 02, que eliminaria os demais partidos políticos e instituiu o bipartidarismo.

Foi Deputado Federal no período de 1979 a 1983. Teve um segundo mandato como Deputado Federal no período de 1983 a 1987. Nas eleições de 1986, tentou um terceiro mandato para a Câmara dos Deputados, mas não teve sucesso e deixou a carreira política.

Nomeado Secretário do Interior e Justiça no governo de Ivan Bichara, em 1975, exerceu o cargo até 1977. Professor da Faculdade de Direito da UFPB no 1978 aposentou-se como professor universitário. Ainda em 1978, retornou à política ao disputar a eleição estadual para deputado federal, sendo o quarto mais votado (50.164 votos). Em 1979, filia-se ao PDS logo após a reformulação partidária. Na eleição de 1982, obteve a terceira maior votação para deputado federal (70 262 sufrágios) - desde 1981, Joacil foi o líder da bancada pedessista na Câmara. Em 1984, votou contra a emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira que restabeleceria as eleições diretas para a Presidência da República.



Foi admitido à Ordem do Mérito Militar no grau de Oficial especial pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2008 e, 2009, lançou o livro "*Temas de Direito e Ciências Afins*", último dos 9 livros que publicou.

Cadeira nº 15 - Patronesse: Fátima de Lourdes Lopes Correia Lima

Fátima Lopes nasceu em 1955. Filha de Manuel Lopes de Carvalho. Casada com Carlos Martinho Correia Lima. Faleceu em João Pessoa no dia 24 de janeiro de 2010. Graduada em Direito em 1978 pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Fátima Lopes ocupou o cargo de Defensora Pública do Estado desde 1982 até seu falecimento. No ano de 2009, assumiu a Chefia da Defensoria, como primeira mulher a exercê-lo. Enquanto estava à frente da Defensoria Pública do estado da Paraíba, projetava uma instituição para cem anos. Na Defensoria atuou no Projeto de Atendimento e Acompanhamento Jurídico Psicossocial às Mulheres Vítimas de Violência. Também presidiu a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) durante os biênios 2003/2004 e 2005/2006, bem como foi diretora do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Ocupou o cargo de Juíza substituta do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB), assumindo com Juíza Titular daquela Corte durante o período de 2005/2007, além de presidir a Comissão de Geração de Mídias nas Eleições 2006. Também foi Conselheira Estadual da OAB-PB no triênio 2007/2009.

Cadeira nº 16 - Patrono: Airton Cordeiro

Airton Cordeiro nasceu em 17 de agosto de 1931, na cidade de Pedra Lavrada. Filho de José Cordeiro de Souza e de Rita Cordeiro de Macedo. Casou-se com Maria Delza de Macedo Cordeiro. Faleceu em João Pessoa no dia 3 de fevereiro do ano de 2000. Recebeu o diploma de Bacharel em Direito, em 1962, tendo imediatamente ingressado no mundo jurídico com sua nomeação para o cargo de Promotor Público da Comarca de Picuí.

Em 27 de junho de 1965, é nomeado Advogado de Ofício do Estado da Paraíba, função na qual encontrou sua verdadeira e confessada vocação.

No âmbito da Advocacia de Ofício, exerceu diversas funções, das quais destacam-se: Coordenador da Assistência Judiciária da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (1982-1986), sendo o primeiro Procurador da Assistência Judiciária correspondente ao atual Defensor Público Geral do Estado. Exerceu a cátedra no curso de direito do UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa, desde 1972. Ministrou as cadeiras de Direito Processual Civil e Prática Forense até bem próximo à sua morte, quando a fatídica enfermidade o tirou do prazeroso convívio com os alunos.



Destacou-se, no exercício da magistratura onde exerceu o cargo de Juiz Eleitoral Substituto do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, nos anos de 1977, 1978 e 1983. Foi escolhido membro titular, nesta corte, no período de 1979 a 1981, exercendo seu ofício com independência e austeridade.

Na Ordem dos Advogados do Brasil exerceu, por vários mandatos, o cargo de Conselheiro Seccional, sendo sempre um dos candidatos mais votados. Na direção da Seccional, ocupou os cargos de Tesoureiro e Secretário, tendo exercido, interinamente, a Presidência. A partir do ano de 1995, foi eleito para dois mandatos consecutivos de Conselheiro Federal, cargo que ocupou até o seu falecimento.

Cadeira nº 17 - Patrono: Flávio Sátiro Fernandes

Flávio Sátiro Fernandes nasceu em Patos em 13 de janeiro de 1942. Filho de Sebastião Fernandes e Emília Sátiro Fernandes. Casado com a Sra. Eliane Dutra Sátiro Fernandes. Faleceu em João Pessoa no dia 14/04/2023. Foi Advogado, professor, escritor e poeta.

Graduou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1964. Possuía Especialização em Direito e em Metodologia do Ensino Superior, Mestrado em Filosofia (ambos os títulos pela UFPB) e Doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

De volta a Patos, atuou como advogado de ofício, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e fundou, em 1969, com José Gomes Alves, a Faculdade de Ciências Econômicas da qual foi o primeiro diretor. A Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Patos, antecessora do atual Campus VI da Universidade Federal da Paraíba, também teve nele o primeiro dirigente. Compôs o Conselho Estadual da Educação de janeiro a maio de 1974, período depois do qual assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do Estado, ali permanecendo até março do ano seguinte.

Em seguida, assumiu a Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas. Em setembro de 1975, ingressou no quadro de membros do Tribunal de Contas da Paraíba, quando é nomeado Conselheiro daquela Corte. No Tribunal de Contas exerceu diferentes funções como: Presidente (1983-1984; 1991-1992; 2001-2002); Vice-Presidente (1979-1980; 1989-1990). Além de ser Presidente da 1ª Câmara (1979- 1980); Presidente da 2ª Câmara (1993-1994; 1995-1996); Procurador-Geral (06-03-75 a 16-09-75); Corregedor: (1997-1998; 1999-2000; 2003-2004; 2005-2006) e Ouvidor: (2007-2008; 2009-2010; 2011-2012); aposentando-se do TCE em 2012.



Ingressou na Universidade Federal da Paraíba como Professor Colaborador no ano de 1977, chegando a Professor Assistente e Professor Adjunto, membro da Câmara Departamental e à representação (como suplente) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e ao Conselho Superior (Consuni).

Publicou diversos livros, dentre os quais destacam-se: “História Constitucional da Paraíba”; “Aspectos do Direito Público”; “Manual do prefeito e do vereador”; “O poder da reforma constitucional e outros estudos”; “Festa de setembro”; “Geografia do corpo (poemas)”; “Augusto dos Anjos e a Escola do Recife” e “Problemas ecológicos da Paraíba”.

Cadeira nº 18 - Patrono: Coriolano Dias de Sá

O Desembargador Coriolano Dias de Sá nasceu, no dia 15 de março de 1922, no Sítio Belo Jardim, no Município de Bonito de Santa Fé, filho de Abílio de Sá Ramalho e Maria Dias de Oliveira Sá. Casou-se com Rita Gadelha de Sá. Faleceu aos 97 anos de idade, no dia 12 de dezembro de 2019 em João Pessoa. Foi advogado, promotor de justiça e desembargador.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba em 1974.

Iniciou suas atividades como funcionário do Fisco estadual, onde exerceu o cargo de diretor do Departamento de Fiscalização e Despesas Públicas. Por concurso público, nomeado promotor de Justiça em 14 de junho de 1977. Como promotor público, atuou nas comarcas de Guarabira (1977-1983), Conceição (1977), Catolé do Rocha (1979) e Patos (1980). Assumiu o cargo de procurador-geral de Justiça em 21 de março de 1983, permanecendo na chefia do MPPB até 27 de novembro de 1985.

Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 27 de novembro de 1985. Chegou a ser corregedor-geral de Justiça e presidente da Câmara Criminal do TJPB. Aposentou-se do TJPB em 14 de março de 1992.

Autor das obras: “Roteiro da Coluna Prestes”; “As Histórias que eu conto e os contos que eu faço”; “Enquanto há tempo...” e “Antes que seja tarde”.

Cadeira nº 19 - Patrono: Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos

Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos nasceu em Sapé no dia 20 de abril de 1884. Faleceu em Leopoldina/MG no dia 12 de novembro de 1914. Foi educado nas primeiras letras pelo pai e estudou no Liceu Paraibano. Em 1903, ingressou no curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1907. Professor em 1908 do Liceu Paraibano. Em 1910 casa-se com Ester Fialho.



Dedicou-se ao magistério, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde foi professor em vários estabelecimentos de ensino. Faleceu aos 30 anos, em Leopoldina, Minas Gerais, onde era Diretor de um grupo escolar.

Augusto dos Anjos notabilizou-se por sua verve de poeta, a sua poesia chocou a muitos, principalmente aos poetas parnasianos, em 1912 publica seu único livro “*Eu*” com a ajuda financeira do irmão. Mas não obteve nenhum reconhecimento do público leitor – exceto o repúdio da crítica de seu tempo. Porém, hoje é um dos poetas brasileiros que mais foram reeditados. Sua popularidade se deveu principalmente ao sucesso entre as camadas populares brasileiras e à divulgação feita pelos modernistas.

3 METODOLOGIA

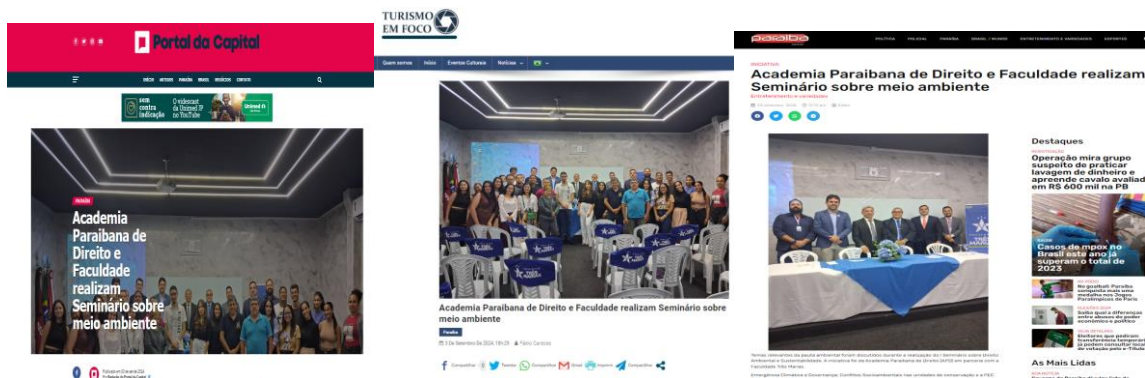
O presente trabalho pautou-se em pesquisa qualitativa e bibliográfica (Gil, 2022; Sampieri *et al.*, 2013), que, partindo na análise do problema proposto na introdução, em confronto com arquivos de textos elaborados pelos acadêmicos fundadores, artigos e livros relacionados, apresenta análise acerca das formalidades e tratativas acerca da fundação da Academia Paraibana de Direito.

Para concretizar os objetivos dessa pesquisa, foi necessária a leitura de obras doutrinárias, artigos científicos e normas que contemplaram o estudo sobre a formação de academias jurídicas. A pesquisa buscou construir um texto de fácil compreensão por parte de seus leitores, com vistas, justamente, à democratização da leitura por aqueles que de alguma forma possuem relação com a ciência do Direito.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir de consultas aos escritos produzidos pelos fundadores da APD, com apoio de arquivos escritos pelos novos acadêmicos, bem como material encontrado em fontes abertas, foi possível descrever toda a trajetória percorrida pelos vários juristas fundadores até chegar à fundação da academia.

A conclusão é de que essa nova academia nasce com um olhar mais atento às necessidades de produção de trabalhos jurídicos junto a diversas entidades, aos jovens graduandos e graduados dos vários cursos de Direito na Paraíba existentes, por meio de produção de arquivos próprios através de revista científica a ser criada no âmbito da academia, à promoção de eventos jurídicos, inclusive junto a escolas públicas e particulares na Paraíba, como se verifica das notícias a seguir as quais retratam iniciativas acadêmicas da APD:



A APD busca, então, na produção acadêmica por partes dos confrades e confradeiras, com vistas à consolidação dessa nova academia que surge atenta às demais academias já existentes, parcerias envolvendo temas do Direito, produção escrita e outras produções literárias, como, inclusive, demonstra Boletim nº 1, maio e junho de 2024, o primeiro a ser publicado pela APD, sucedido já pelo nº 2, julho/agosto/2024.



ACADEMIA PARAIBANA DE DIREITO - APD

BOLETIM

Nº 02 - Ano I - Julho/Agosto 2024, João Pessoa - Paraíba

PARCERIA ENTRE ACADEMIA PARAIBANA DE DIREITO E A FACULDADE TRÊS MARIAS PROMOVEM SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO MÊS DO JURISTA

A parceria entre a Faculdade Três Marias e a Academia Paraibana de Direito promoveram o I SEMINÁRIO SOBRE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE na data de 30.08.2024 em comemoração ao mês do Jurista, o qual teve lugar no Auditório da Faculdade Três Marias sito na Av. Epitácio Pessoa, 494 - Torre - João Pessoa - PB. O Seminário contou com a mediação do Confrade Philippe Rocha, palestras dos Confrades Derly Brasileiro e Boishaudran Imperiano, assim como do Prof. Arthur Navarro.



Banner de divulgação do I SEMINÁRIO SOBRE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.



Formação da Mesa dos trabalhos do I SEMINÁRIO SOBRE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE. Da esquerda para direita Acadêmicos Philippe Rocha, Derly Brasileiro e Boishaudran Imperiano e Prof. Arthur Navarro.



Da esquerda para direita Prof. Ramon Olimpio, Acadêmicos Philippe Rocha, Derly Brasileiro e Boishaudran Imperiano, Prof. Arthur Navarro e Prof. Jonas Evangelista



Plataforma após o I SEMINÁRIO SOBRE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE na Faculdade Três Marias.



Presidente APD Boishaudran Imperiano



Acadêmico Philippe Rocha



Acadêmico Derly Brasileiro



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou detalhar todo o caminho percorrido para a formação da Academia Paraibana de Direito, buscando a pesquisa informações sobre cada um dos acadêmicos que participaram de sua fundação, sobre cada patrono reverenciado como base para os registros específicos e necessários à fundação.

Com base em uma pesquisa do tipo qualitativa, do tipo bibliografia, debruçou-se sobre a leitura de textos elaborados por cada acadêmico fundador da academia, assim como sobre livros e artigos, com o fim de trazer à baila a discussão sobre os fins e propósitos dessa nova academia jurídica na Paraíba.

A partir da análise dessa busca pelos dados, foi possível historiar todos os passos percorridos pelos fundadores da APD com vistas à formação de opinião no meio jurídico paraibano e Brasil, já que a APD é ligada à Academia Brasileira de Direito, não sendo, assim, descontextualizada do panorama nacional no que diz respeito à sua formação.

Neste sentido, o estudo voltou-se à uma análise acerca dos nomes dos envolvidos na fundação da APD, deixando evidente que a autonomia dessa nova academia, bem como sua solidificação que somente o tempo dirá.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PARAIBANA DE DIREITO. Boletim nº 1 – maio/junho, 2024, João Pessoa – Pb.

ACADEMIA PARAIBANA DE DIREITO. Boletim nº 2 – julho/Agosto, 2024, João Pessoa – Pb.

BEZERRA, Ricardo. **Academia Paraibana de Letras Jurídicas: fundação e reestruturação**. João Pessoa: Ideia, 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos. Disponível em <[L6.015compilada \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1973/L6015compilada.html)>. Acesso em 14 agost. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em <[L10406compilada \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.html)>. Acesso em 14 agost. 2024.

GOMES, Lilén. Conceito de Academia. Editora Conceitos. Março de 2023. Disponível em: <[Conceito de Academia «Definição e o que é» \(conceitos.com\)](http://conceitos.com/definicao-de-academia)>. Acesso em: 12 agost. 2024.



GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. 2008.

MENDES, Iba. **O que significa “benedictum”**. Disponível em < Iba Mendes: O que significa “Benedictus”? (etimologista.com) >. Acesso em 14 agost. 2024.

PARAÍBA.COM.BR. **Academia Paraibana de Direito e faculdade realizam seminário sobre meio ambiente**. Disponível em < Academia Paraibana de Direito e Faculdade realizam Seminário sobre meio ambiente - paraiba.com.br >. Acesso em 05 agost. 2024.

PORTAL DA CAPITAL. **Academia Paraibana de Direito e faculdade realizam seminário sobre meio ambiente**. Disponível em <Academia Paraibana de Direito e Faculdade realizam Seminário sobre meio ambiente – Portal da Capital >. Acesso em 05 agost. 2024.

SAMPIERI, Hernández Roberto et al. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SB INFORMA. **I encontro de Academias da Paraíba será realizado em João Pessoa neste sábado**. Disponível em < <https://sbinforma.com.br/i-encontro-de-academias-da-paraiba-sera-realizado-em-joao-pessoa-neste-sabado/> >. Acesso em 22 nov. 2024.

TURISMO EM FOCO. **A Academia Paraibana de Direito e faculdade realizam seminário sobre meio ambiente**. Disponível em <Academia Paraibana de Direito e Faculdade realizam Seminário sobre meio ambiente - Turismo em foco - Tudo do turismo no Brasil e Mundo >. Acesso em 05 agost. 2024.

VITALE, Salvatore. **Chronica Seraphici Montis Alvernae**. Florence: Zenobius Pignoni, 1630.